



Exmo. Senhor
Primeiro-Ministro da República Portuguesa
Dr. Luís Montenegro,

Venho, por este meio, dirigir-me a V. Ex.^a numa carta aberta que nasce de um sentimento profundo de preocupação, mas também de frustração, relativamente à forma como os quadros comunitários e os respetivos avisos têm sido concebidos e operacionalizados, em particular no que respeita ao apoio, estímulo e criação de oportunidades no interior e, muito concretamente, no centro do País.

Escrevo-lhe não apenas na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Joaninho, concelho de Santa Comba Dão, mas sobretudo enquanto um jovem da “meia-idade” que ama profundamente a sua terra, as suas origens e, acima de tudo, as suas gentes. É este amor ao território e à comunidade que me impele a partilhar esta inquietação, que sei ser comum a muitos autarcas de freguesia e de municípios de baixa densidade.

Vivemos hoje uma crise profunda no acesso à habitação, que afeta sobretudo os mais jovens, as jovens famílias e a classe média, empurrando milhares de portugueses para contextos de grande pressão financeira e social nas áreas metropolitanas. Esta realidade, apesar de dramática, pode e deve ser encarada também como uma oportunidade estratégica para o País, se houver políticas públicas verdadeiramente alinhadas com a coesão territorial.

O interior e os territórios de baixa densidade têm condições únicas para oferecer soluções habitacionais a preços acessíveis, qualidade de vida, proximidade comunitária e um ambiente propício à fixação de população jovem. Acresce ainda o facto de que o crescimento do teletrabalho veio abrir uma janela histórica de oportunidade, permitindo que muitos profissionais possam exercer a sua atividade a partir de qualquer ponto do território nacional, desde que existam condições dignas de habitação, conectividade e serviços essenciais.

Neste contexto, promover projetos habitacionais no interior não é apenas uma resposta à desertificação; é também uma forma concreta de aliviar a enorme pressão atualmente sentida nas grandes cidades e áreas metropolitanas, nomeadamente ao nível do Serviço Nacional de Saúde, das infraestruturas, da mobilidade, da habitação e de outros serviços públicos sobrecarregados.



No entanto, após várias pesquisas e análises aos diferentes quadros comunitários atualmente em vigor, torna-se evidente que as Juntas de Freguesia — o poder local mais próximo das populações — pouco ou nada conseguem aproveitar destes instrumentos de financiamento que são, em teoria, fundamentais para responder a estes desafios estruturais. Na prática, muitas freguesias ficam excluídas, não por falta de projetos, de visão ou de ambição, mas por critérios de elegibilidade excessivamente restritivos ou desajustados à realidade do interior.

Permita-me dar um exemplo concreto: o aviso CENTRO2030-2024-11 – Reabilitação e Regeneração Urbanas (IT), que prevê um financiamento até 85% do investimento elegível. Apesar da relevância e do impacto potencial deste aviso, a Junta de Freguesia de São Joaninho não reúne condições de elegibilidade para uma eventual candidatura, mesmo tendo em curso um projeto estruturante, maduro e plenamente consolidado. Importa ainda sublinhar que, de acordo com os critérios definidos no referido aviso, se a Freguesia de São Joaninho integrasse o concelho de Tondela — do qual faz fronteira a norte — este mesmo projeto já reuniria condições de elegibilidade, evidenciando uma disparidade territorial difícil de compreender e justificar à luz dos princípios da coesão e da igualdade de oportunidades entre territórios vizinhos.

Refiro-me ao Projeto de Loteamento Século XXI, que prevê a disponibilização de 80 lotes a preços controlados, com regulamento de venda já aprovado e publicado em Diário da República. Trata-se de um projeto com alvará emitido, com a primeira de três fases já em comercialização, e que tem como principal objetivo criar condições reais para a fixação de jovens, o regresso de pessoas às suas origens e a atração de novos residentes, muitos deles em regime de teletrabalho.

Apesar de todas estas valências e do claro interesse público do projeto, o mesmo não é considerado elegível no âmbito do referido aviso, o que evidencia uma desconexão preocupante entre os instrumentos de financiamento disponíveis e as reais necessidades dos territórios do interior. Assim, perdem-se oportunidades concretas de transformar projetos prontos e estruturantes em respostas eficazes à crise da habitação e ao desequilíbrio territorial.

É neste contexto que deixo este apelo sentido: que os quadros comunitários possam ser repensados e ajustados, de forma a incluir verdadeiramente as freguesias e os territórios de baixa densidade, reconhecendo o seu papel estratégico não apenas na coesão territorial, mas também na resposta nacional à crise da habitação e à sustentabilidade dos serviços públicos.



Nesse espírito, gostaria de manifestar a minha total disponibilidade e teria todo o gosto em receber V. Ex.^a na nossa humilde Freguesia de São Joaquinho, para lhe apresentar pessoalmente este projeto, que arrisco dizer ser, porventura, único no País, e que representa bem o que de melhor se faz no interior quando há visão, compromisso e um profundo amor à terra.

Com elevada consideração e estima,

O Presidente da Junta de Freguesia de São Joaquinho
Concelho de Santa Comba Dão

-Daniel Pereira Ferreira Gonçalves-